

Sumário



Nota do autor, xiii

Prefácio, xv

1 Direito Constitucional e Constituição, 1

- 1 Direito constitucional, 1
- 2 Ciência do direito constitucional, 2
- 3 Constitucionalismo, 3
- 4 Definição de Constituição, 3
 - 4.1 Diferença entre Constituição e carta constitucional, 5
- 5 A Constituição e seus sentidos sociológico, político e jurídico, 6
 - 5.1 Sentido sociológico, 6
 - 5.2 Sentido político, 7
 - 5.3 Sentido jurídico, 8
- 6 Supremacia da Constituição, 10
- 7 Cláusulas pétreas, 11

2 Classificação e Elementos das Constituições, 13

- 1 As diversas classificações das Constituições, 13
 - 1.1 Constituição real, material ou substancial e formal, 13
 - 1.2 Constituição codificada e legal, 15
 - 1.3 Constituição reduzida e variada, 16
 - 1.4 Constituição dogmática e histórica, 16

- 1.5 Constituição promulgada, outorgada e pactuada, 17
- 1.6 Constituição rígida, flexível e semirrígida, 18
- 1.7 Constituição sintética e analítica, 20
- 1.8 Constituição garantia, balanço e dirigente, 21
- 1.9 Constituição ortodoxa e eclética, 21
- 1.10 Constituição normativa, nominalista e semântica, 21
- 2 Classificação da Constituição brasileira de 1988, 22
- 3 Elementos da Constituição, 23

3 O Poder Constituinte, 25

- 1 Introdução, 25
- 2 A ideia de poder constituinte, 26
- 3 Espécies de poder constituinte, 28
 - 3.1 Poder constituinte originário, 28
 - 3.1.1 Características do poder constituinte originário, 30
 - 3.1.2 A titularidade e o exercício do poder constituinte originário, 31
 - 3.2 Poder constituinte derivado, 35
 - 3.2.1 Poder constituinte derivado reformador, 35
 - 3.2.2 Os limites do poder constituinte derivado reformador, 36
 - 3.3 Poder constituinte derivado decorrente, 39
 - 3.3.1 O princípio da simetria, 40
- 4 Questões relacionadas com o poder constituinte originário: recepção, repristinação e desconstitucionalização, 40
 - 4.1 Recepção, 40
 - 4.2 Repristinação, 44
 - 4.3 Desconstitucionalização, 45

4 A Evolução Histórica e Política das Constituições Brasileiras, 46

- 1 Período colonial, 46
 - 1.1 As capitanias hereditárias, 46
 - 1.2 Centralização do poder na colônia, 48
 - 1.3 A fragmentação do poder na colônia, 48
 - 1.4 Os municípios na colônia, 49
- 2 Período monárquico, 49
 - 2.1 A família real no Brasil, 49
 - 2.2 O movimento constitucional no Brasil, 50
 - 2.3 A Constituição política do Império do Brasil, 52
- 3 Período republicano, 55

- 3.1 A Constituição de 1891, 55
- 3.2 A Constituição de 1934, 58
- 3.3 A Constituição de 1937, 61
- 3.4 A Constituição de 1946, 62
- 3.5 A Constituição de 1967 e a Emenda nº 1/1969, 64
- 3.6 A Constituição de 1988, 67

5 Interpretação Constitucional, 70

- 1 Introdução, 70
- 2 Os métodos de interpretação, 73
 - 2.1 Método literal, gramatical ou filológico, 73
 - 2.2 Método sistemático, 74
 - 2.3 Método histórico, histórico evolutivo e sociológico, 75
 - 2.4 Método lógico, 75
 - 2.5 Método teleológico, 76
 - 2.6 Método axiológico, 76
- 3 O resultado da atividade interpretativa, 77
 - 3.1 Interpretação declarativa, 77
 - 3.2 Interpretação extensiva e restritiva, 77
 - 3.3 Interpretação ab-rogante, 78
- 4 Quanto à origem da interpretação, 78
 - 4.1 Interpretação judiciária ou usual, 78
 - 4.2 Interpretação legal ou autêntica, 79
 - 4.3 Interpretação administrativa, 79
 - 4.4 Interpretação doutrinária ou científica, 80
- 5 Características da linguagem constitucional, 80
 - 5.1 Caráter inicial das normas constitucionais, 80
 - 5.2 Caráter aberto e amplo das normas constitucionais, 81
 - 5.3 Caráter sintético e coloquial das normas constitucionais, 81
 - 5.4 Caráter político das normas constitucionais, 82
 - 5.5 Caráter estruturante das normas constitucionais, 82
- 6 Regras e princípios constitucionais, 83
 - 6.1 As regras, 86
 - 6.2 Os princípios, 87
 - 6.3 Antinomias, 89
- 7 Os métodos de interpretação constitucional, 91
 - 7.1 Método jurídico ou hermenêutico-clássico, 92
 - 7.2 Método tópico-problemático, 92

- 7.3 Método hermenêutico-concretizador, 94
 - 7.4 Método científico-espiritual, 96
 - 7.5 Método normativo-estruturante, 98
 - 7.6 Método da comparação constitucional, 99
 - 8 Princípios de interpretação da Constituição, 100
 - 8.1 O princípio da unidade da Constituição, 100
 - 8.2 O princípio do efeito integrador, 101
 - 8.3 O princípio da máxima efetividade, 101
 - 8.4 O princípio da “justeza” ou da conformidade funcional, 101
 - 8.5 O princípio da concordância prática ou da harmonização, 101
 - 8.6 O princípio da força normativa da Constituição, 102
 - 9 Outros princípios de interpretação da Constituição, 102
 - 9.1 O princípio da supremacia da Constituição, 102
 - 9.2 O princípio da coloquialidade, 103
 - 9.3 O princípio da presunção de constitucionalidade, 103
 - 9.4 O princípio da razoabilidade, 104
 - 9.5 O princípio da proporcionalidade, 111
 - 9.5.1 Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na Constituição brasileira de 1988, 118
 - 9.6 O princípio da interpretação das leis em conformidade com a Constituição, 119
 - 10 Mutação constitucional, 120
- 6 Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais, 124**
- 1 Introdução, 124
 - 2 Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto, 126
 - 3 Classificação de Maria Helena Diniz, 128
 - 4 Classificação de José Afonso da Silva, 130
- 7 Controle de Constitucionalidade das Leis e dos Atos Normativos, 134**
- 1 Noções gerais, 134
 - 2 Definição, 136
 - 3 O surgimento dos sistemas de controle jurisdicional de constitucionalidade, 136
 - 4 Objeto do controle de constitucionalidade, 144
 - 5 Sistemas de controle de constitucionalidade, 145
 - 6 Controle de constitucionalidade no direito brasileiro, 146
 - 6.1 Antecedentes históricos, 146
 - 6.2 Espécies de controle de constitucionalidade na atual Constituição, 147

- 7 O controle preventivo, 147
 - 7.1 O controle preventivo realizado pelas funções legislativa e executiva, 147
 - 7.2 O controle preventivo realizado pela função jurisdicional, 149
- 8 O controle repressivo, 152
 - 8.1 O controle repressivo de constitucionalidade pela função jurisdicional, 152
 - 8.2 O controle repressivo realizado pela função legislativa, 152
- 9 Cláusula de reserva de plenário – art. 97 da CF, 153
- 10 O controle de constitucionalidade pela via difusa, 155
 - 10.1 Efeitos da decisão pela via difusa e Senado Federal (CF, art. 52, X), 158
 - 10.2 Objeto da resolução do Senado Federal, 160
 - 10.3 Hipótese de o Senado Federal não expedir a resolução de suspensão, 160
 - 10.4 Controle concentrado e a regra do art. 52, X, da CF, 161
- 11 O controle de constitucionalidade concentrado ou via de ação direta, 162
 - 11.1 Disposições comuns ao controle concentrado, 163
- 12 Ação direta de inconstitucionalidade genérica, 165
 - 12.1 Autores legitimados, 165
 - 12.1.1 Legitimação ativa universal e pertinência temática, 166
 - 12.1.2 Presidente da República, 169
 - 12.1.3 Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, 170
 - 12.1.4 Procurador-Geral da República, 171
 - 12.1.5 Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 172
 - 12.1.6 Partidos políticos com representação no Congresso Nacional, 172
 - 12.1.7 Confederação sindical e entidade de classe, 173
 - 12.1.8 Capacidade postulatória, 178
 - 12.2 Legitimação passiva, 179
 - 12.3 Advogado-Geral da União, 180
 - 12.4 Ação direta de inconstitucionalidade e prazo decadencial, 182
 - 12.5 Ação direta de inconstitucionalidade e os atos normativos anteriores à Constituição, 183
 - 12.6 Ação direta de inconstitucionalidade e normas constitucionais originárias, 184
 - 12.7 Objeto, 184
 - 12.8 Leis e atos normativos não sujeitos à ação direta de inconstitucionalidade genérica, 188
 - 12.8.1 Ação direta de inconstitucionalidade e atos normativos privados, 188

- 12.8.2 Ação direta de inconstitucionalidade e controle preventivo, 188
- 12.8.3 Ação direta de inconstitucionalidade e lei ou ato normativo municipal, 189
- 12.8.4 Ação direta de inconstitucionalidade e ato de efeito concreto, 189
- 12.8.5 Ação direta de inconstitucionalidade e decreto regulamentar (CF, art. 84, IV), 191
- 12.8.6 Ação direta de inconstitucionalidade e as convenções coletivas de trabalho, 193
- 12.8.7 Ação direta de inconstitucionalidade e ato normativo já revogado, 193
- 12.8.8 Ação direta de inconstitucionalidade e divergência entre a ementa da lei e o seu conteúdo, 194
- 12.8.9 Ação direta de inconstitucionalidade e respostas emitidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, 194
- 12.8.10 Ação direta de inconstitucionalidade e súmula de Tribunal, 194
- 12.8.11 Ação direta de inconstitucionalidade e provimento da Corregedoria-Geral de Justiça, 195
- 12.9 Ajuizamento de duas ou mais ações diretas de inconstitucionalidade com o mesmo objeto, 195
- 12.10 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal ou estadual em face das Constituições Estaduais, 196
- 12.11 Controle concentrado de lei ou ato normativo distrital em face da Constituição Federal, 197
- 12.12 Procedimento da ação direta de inconstitucionalidade, 198
 - 12.12.1 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado, 203
 - 12.12.2 Medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, 207
- 13 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 209
 - 13.1 Autor legitimado, 210
 - 13.2 Objeto, 210
 - 13.3 Procedimento, 212
 - 13.4 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva estadual, 215
- 14 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 215
 - 14.1 Autores legitimados, 217
 - 14.2 Objeto, 217
 - 14.3 Procedimento, 217
 - 14.4 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade por omissão, 219
- 15 Ação declaratória de constitucionalidade, 222

- 15.1 Autores legitimados, 224
- 15.2 Objeto, 225
- 15.3 Procedimento, 226
- 15.4 Medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade, 227
- 15.5 Efeitos da decisão na ação declaratória de constitucionalidade, 228
- 16 Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 229
 - 16.1 Autores legitimados, 230
 - 16.2 Objeto, 230
 - 16.2.1 Caráter subsidiário, 235
 - 16.3 Procedimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, 237
 - 16.4 Medida cautelar na arguição de descumprimento de preceito fundamental, 237
 - 16.5 Julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental e seus efeitos, 238

Bibliografia, 241